

Funcionários da Autoridade Tributária Denunciam Corrupção Desenfreada e Má Gestão por Parte dos Directores Gerais com a Protecção de Amélia Muendane

- Um escândalo de corrupção e ilegalidades dentro da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) foi recentemente exposto por funcionários da instituição, revelando vários esquemas de má administração e práticas ilícitas perpetradas pelos directores da entidade. Este caso levanta sérias preocupações sobre a integridade e a transparência do sistema tributário do país.



As ilegalidades expostas pelos funcionários da AT iniciam com a nomeação dos Directores Gerais da instituição, ocorrida em 31 de maio de 2020, quando o antigo Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, conferiu posse a Lurdes Banze para o cargo de Directora Geral de Impostos, Venâncio Francisco para o cargo de Director Geral dos Serviços Comuns, Augusto Paulo Tacaríndua como Director do Gabinete do Controlo Interno e Taurai Tsama, no-

meado em 9 de junho do mesmo ano como Director Geral das Alfândegas.

Os funcionários afirmam que, nos termos do número 4 do artigo 6 da Lei n.º 16/2027, de 28 de dezembro, o mandato dos Directores Gerais é de quatro anos. No entanto, mais de 30 dias após o término dos seus mandatos, os directores continuam a praticar actos e tomar decisões que afectam a esfera jurídica de particulares, violando o

princípio da legalidade que norteia a administração pública.

Os funcionários alegam que os directores em questão actuam à margem da lei, comprometendo o Estado de Direito Democrático e gerando descontentamento generalizado na instituição. Durante os seus quatro anos de mandato, eles teriam relegado a AT à estagnação, sem visão ou estratégias de gestão, recorrendo ao culto da figura da Presidente da AT, Amélia Muendane, para manterem os seus cargos.

Uma das acusações mais graves recai sobre o Director Geral da AT, Taurai Tsama, supostamente envolvido em esquemas de corrupção e contrabando de madeira e drogas, em conluio com o Director das Alfândegas de Nacala, Salatiel, antigo ajudante de campo de Gregório Leão.

No caso da Directora Geral de Impostos, Lurdes Banze, esta é acusada de receber grandes somas de dinheiro provenientes de um esquema de corrupção que flexibiliza pedidos de reembolso do IVA por parte de funcionários da sua confiança. Além disso, ela teria colocado funcionários em unidades estratégicas de cobrança para canalizar altas somas em dinheiro para si, garantindo a manutenção dos seus cargos.

Por sua vez, o Director Geral dos Serviços Comuns, Venâncio Francisco, está no mandato há pelo menos oito anos, excedendo os limites impostos pela lei. Ele é acusado de receber altas somas em dinheiro de funcionários em locais estratégicos como TIMAR, Ressano Garcia e delegações provinciais para garantir que não sejam transferidos.

Enquanto isso, no Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional, Augusto Tacaríndua exerce o cargo há mais de 12 anos, sendo descrito como um dirigente improdutivo que trata os funcionários como escravos particulares. Carlos Munguambe, no Gabinete de Controlo Interno, sem qualquer qualificação técnica, criou uma equipa para extorquir contribuintes, exigindo pagamentos de técnicos indicados para auditorias. Recentemente, foi noticiado por adquirir um veículo avaliado em seis milhões de meticais, provenientes de extorsão a um sujeito passivo no âmbito de uma auditoria.

Diante da corrupção, incompetência e delapidação do património da AT, os funcionários



Uma das acusações mais graves recai sobre o Director Geral da AT, Taurai Tsama, supostamente envolvido em esquemas de corrupção e contrabando de madeira e drogas, em conluio com o Director das Alfândegas de Nacala, Salatiel, antigo ajudante de campo de Gregório Leão.



expressam profunda desconfiança em relação à Presidente da AT, Amélia Muendane, cujo silêncio sugere envolvimento nos esquemas de corrupção. Eles reivindicam que o Ministério da Economia e Finanças intervenha urgentemente para garantir a aplicação da lei e salvaguardar o património público.

As revelações de corrupção na Autoridade Tributária de Moçambique são um chamado urgente à acção das autoridades moçambicanas de administração da justiça para esclarecer os factos através de uma investigação profunda e minuciosa, responsabilizando criminal e civilmente os envolvidos. É imperioso que uma investigação independente seja conduzida para restaurar a integridade da instituição. A corrupção desenfreada não pode continuar a minar a confiança pública e comprometer o desenvolvimento do país. A sociedade moçambicana exige justiça e transparência para garantir que a AT sirva verdadeiramente ao povo e ao bem comum, e não a interesses privados corruptos.

O Centro para Democracia e Direitos Humanos insta o Ministério da Economia e Finanças a se pronunciar publicamente sobre as acções que tomará diante da gravidade das denúncias levantadas.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

